



O PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO À PESSOA SURDA: DIFICULDADES E DESAFIOS

THE PSYCHOLOGIST IN THE CARE OF THE DEAF PERSON: DIFFICULTIES AND CHALLENGES

Elenilda Paz SOARES

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: elenilda_loreal@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-4432-5883>

Izabella Araújo Morais Martins SILVA

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: izabellamorais30@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-20301481>

Shimony Coelho MACHADO

Centro Universitário Luterano de Palmas (ULBRA)

E-mail: shimony.machado@unitpac.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-4163-9983>

RESUMO

O psicólogo, em sua prática clínica, busca compreender os aspectos ligados à personalidade e emoções do sujeito, assim como o seu sofrimento psíquico, para isso ele utiliza a psicoterapia a qual engloba a escuta ativa e observação. Este trabalho tem como objetivo entender se há resistência do profissional da Psicologia em capacitar-se em LIBRAS para o atendimento da pessoa surda, e se há resistência, qual o motivo da mesma, assim como entender a evolução das políticas públicas para inclusão e acessibilidade do indivíduo no meio social. Por meio de uma revisão bibliográfica buscou-se nas plataformas digitais informações que deram respaldo para a construção desse trabalho, podendo chegar aos objetivos almejados. Portanto é importante pontuar que as leis precisam ser melhor entendidas e aplicadas de forma mais humanizada, para que a comunidade surda seja inserida no processo de comunicação. Nesta análise, a pesquisa para a saúde mental do indivíduo não oralizado, a fala ou comunicação é um fator de grande notoriedade.

Palavras-chave: Surdez. Psicologia. Psicoterapia. Políticas públicas para surdos.

ABSTRACT

The psychologist in his clinical practice seeks to understand the aspects related to the personality and emotions of the subject, as well as his psychic suffering, for this he uses psychotherapy, which includes active listening and observation. This work aims to understand the resistance of professional psychologists to training in LIBRAS for the care of deaf people, as well as understanding the evolution of public policies for inclusion and accessibility of the individual in the social environment. Through a bibliographical review, information was sought on digital platforms that supported the construction of this work, which could reach the desired objectives. Therefore, it is important to point out that the laws need to be better understood and applied in a more humane way, so that the deaf community is inserted in the communication process, in this research analysis for the mental health of the deaf individual, speech or communication is a factor of great notoriety

Keywords: Deafness. Psychology. Psychotherapy. Public policies for the deaf.

INTRODUÇÃO

De acordo com Penafort (2005)⁹, p. 9, a comunicação, para a psicologia, é entendida como fator intrínseco, sendo definida como uma troca de informação do emissor ao receptor, ou como instrumento de convívio social desenvolvida em uma situação a qual busca-se alcançar determinados objetivos, ou seja, a comunicação é simplesmente uma troca de conhecimento, entendimento e sentimentos, desta forma este processo acontece mantendo os indivíduos em contato constante.

A comunicação pode ocorrer de diversas formas e depende dos instrumentos utilizados, das pessoas envolvidas no processo e os objetivos a serem alcançados, podendo ser verbal, não verbal, individual, grupal, consumatória ou instrumental.

Neste estudo, será trabalhado o conceito de comunicação não verbal, a qual se caracteriza por qualquer instrumento que não envolva a linguagem oral, gráfica ou escrita.

Nessa perspectiva, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) entra como fator determinante para a construção do diálogo e da relação entre psicólogo e paciente

surdo, de maneira que a capacitação e fluência do Psicólogo é fundamental na compreensão da saúde mental das pessoas surdas que buscam a psicoterapia.

Contudo, encontrar especialistas que atendam este modelo de atendimento tem sido um desafio para o surdo, sendo importante ressaltar que a inclusão é um processo de desenvolvimento cultural e físico.

Assim, realizar um atendimento com um paciente surdo demanda conhecimento da cultura e comunicação dessa comunidade, exigindo do profissional uma qualificação especializada.

Dentre outros é necessário pontuar que existe uma dificuldade em aprender Libras, o que é um problema considerável, já que o domínio da mesma é indispensável para que seja manifestado as necessidades do paciente durante a psicoterapia 10

É importante apontar que o Código de Ética do Profissional Psicólogo¹ prevê no Art. 9º que o sigilo profissional deve ser respeitado, para guardar a privacidade de qualquer indivíduo ou usuário dos serviços de psicologia, dando então uma sugestiva de que a presença de um intérprete afeta o direito de sigilo do paciente protegido por lei.

Portanto, entende-se que o ser humano se desenvolve em sociedade e que a comunicação é um fator determinante. E é relevante entender que o surdo necessita de um olhar singular, já que o processo de não ser compreendido está em sua vida cotidiana.

Em uma matéria do Senado Federal publicada em 2019 e escrita por Ricardo Westin, são revelados casos onde os surdos são negligenciados por profissionais da saúde que não conseguem se comunicar e não entendem a queixa do paciente e cometem erros graves, pondo em risco a vida do sujeito em questão.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo compreender as políticas públicas relacionadas às pessoas surdas e os desafios do psicoterapeuta para se capacitar no atendimento a esse público. Assim como relatar a importância da inclusão da LIBRAS desde o ensino básico para que a população se familiarize com a comunidade surda.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde os tempos antigos e quase toda a Idade Média acreditava-se que os surdos não possuíam capacidade intelectual que possibilitasse a aprendizagem e eram

classificados como ineptos. Somente no início dos séculos XVI através de procedimentos pedagógicos que puderam perceber que os surdos tinham a habilidade de aprender.

Uma das primeiras conquistas adquiridas pela sociedade surda foi em 1880 no II Congresso Internacional, em Milão, onde foram consideradas as mudanças na educação dos surdos. Entretanto, no Brasil somente no ano de 2015 é instituída a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Estatuto da Pessoa Com Deficiência)¹.

Partindo da ideia de que o estatuto abrange todas as deficiências, o Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. De forma geral o surdo não é visto nas suas necessidades individuais pelo estatuto, diferentemente das outras deficiências, já que sua deficiência não pode ser percebida visualmente.

Visto que na prática as coisas não acontecem da mesma forma que na teoria, entende-se que incluir o surdo não é ensinar a ele uma língua de sinais para se comunicar com outros surdos, mas sim dar a ele igualdade de comunicação, desta forma a língua de sinais deve ser estimulada para a consciência de todos os ouvintes, fazer entender que incluir é dar total autonomia para que o indivíduo se desenvolva

A Comunicação na Psicoterapia

A comunicação faz parte do processo de socialização do indivíduo e ocorre de diversas formas, seja por meio de gestos, expressão corporal, facial ou fala, pois, a mesma tem a função de transmitir uma informação para atingir determinado objetivo. Desta forma, entende-se que o surdo enfrenta dificuldades por depender da LIBRAS como meio de comunicação, já que segundo o IBGE (2019) mesmo dentro da comunidade surda nem todos têm habilidade para usar a língua. Nesse contexto, o surdo está mais suscetível ao processo de adoecimento psíquico.

Para que haja uma verdadeira comunicação os sujeitos envolvidos no processo precisam ter total entendimento da mensagem que está sendo passada. Sem essa compreensão do significado da mensagem não é possível estabelecer uma comunicação. Dentro da psicoterapia, entender o significado do que o paciente está falando é fundamental. Segundo Freud⁵, a cura vem por meio do falar livremente e quando o paciente utiliza esse recurso, o psicólogo precisa estar atento ao significado. Por esse motivo, se tratando de pacientes surdos, a Libras tem papel fundamental, visto que esta é a forma de psicólogo e paciente surdo se comunicarem livremente e o profissional compreender o que está sendo comunicado. É certo que há outras formas de comunicação e o psicoterapeuta necessita de atenção total a todos os detalhes da sessão, uma delas é o silêncio que também comunica algo.

Percebe-se, portanto, que a comunicação no ambiente psicoterapêutico vai além da fala verbal. Por isso, a necessidade de o psicólogo entender e fazer uso de todas as estratégias, incluindo a língua de sinais.

A psicoterapia tem grande importância na saúde mental do surdo, entretanto a não compreensão da língua de sinais e a falta de fluência pode acarretar em grandes prejuízos para o indivíduo. Sendo a psicologia responsável por acolher e utilizar recursos terapêuticos para promover o bem-estar do paciente. Cabe ao psicólogo capacitar-se para atender essa comunidade, fazendo mudanças necessárias no *setting* para humanizar os atendimentos.

Políticas Públicas para Surdos

A poucas décadas atrás se deu início aos debates sobre a língua de sinais, bilinguismo, a imagem dos modelos clínico-terapêutico e sócio antropológico na educação de surdos. Isso tudo aconteceu a partir de um movimento tanto pelos militantes surdos e seus familiares quanto profissionais da área e pesquisadores, colocando-os num espaço de luta, mas essa luta era exatamente contra o que? Implantar uma nova língua foi um desafio que começou por volta de 1880 e se estendeu por mais de um século, tendo neste contexto atos cruéis praticados com pessoas surdas de todas as idades.

Uma língua oprimida, uma cultura dizimada, um atraso social que perpetuou o estereótipo de deficiência e incapacidade dos cidadãos surdos, cuja diferença, até o

século XIX, se manifestava prioritariamente em termos linguísticos³ (FERNANDES & MOREIRA 2014)

Perante esse quadro que reprimiu a língua de sinais que manteve o estereótipo de deficiência e incapacidade, a comunidade surda por volta de 1990 se ver representada por estratégia de políticas que visam representar a construção do eu como sujeito único e igual com referência de liberdade, ou seja, o reconhecimento de identidade cultural recriadas a partir de características como raça, religião, etnia, para se refugiar da globalização homogeneizadora. Em 1999 o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos realizado pelo NUPPES/UFRGS viabilizou a força da mobilização política da comunidade surda, e resultou em um documento intitulado “A Educação que nós, surdos, queremos” que posteriormente daria alusão à elaboração de um decreto que iria normatizar a Lei de Libras no Brasil.

Historicamente, tratando-se de políticas públicas para surdos, as pessoas surdas e a língua de sinais são consideradas invisíveis, já que foi somente em 2002 que a Língua Brasileira de Sinais foi oficializada pela Lei 10.436. Assim, nota-se quão recente é o olhar político para essa comunidade, mesmo com anos de lutas e preconceitos vivenciados.

Parte-se então de um princípio de que a política de inclusão é concreta se diferenciar o tratamento dos surdos que utilizam uma linguagem diferente da utilizada pela maior parte da sociedade. Porém, o papel do Estado é dar voz e visibilidade para uma minoria que necessita da difusão da sua língua materna e da liberdade do uso da mesma.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica, com o objetivo de descrever os desafios enfrentados tanto por profissionais quanto pela pessoa surda na comunicação durante o processo terapêutico. Possui caráter qualitativo, de abordagem descritiva, tendo sido utilizadas as plataformas Scielo e Google Acadêmico. Ainda, pesquisou-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Biblioteca Kindle (Atendimento Psicológico para Surdos - Alessandra Penafort, 2020). As palavras chaves utilizadas na busca foram: Surdez, Psicologia, Psicoterapia e Políticas públicas para surdos.

Na pesquisa foram encontrados mais de 6000 documentos entre artigos, dissertações, teses e livros, no entanto, estes falavam acerca da surdez de uma forma mais geral, sem, no entanto, citar a comunicação no contexto psicoterapêutico, não sendo útil, portanto, para as finalidades desta pesquisa. Assim, dentre o material encontrado, selecionou-se nove artigos que dialogavam com nossos objetivos. Estes foram lidos e analisados e os resultados e discussões produzidos a partir deles estão expostos nas sessões que se seguem.

As buscas dessas informações consideraram aos pesquisadores observar as dificuldades que são encontradas pelos Psicólogos em atender deficientes auditivos e a importância da inserção da Língua Brasileira de Sinais desde o Ensino Fundamental, para a inclusão dos surdos na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Pessoa com Deficiência” é o termo mais adequado para se referir às pessoas nessas condições. Na legislação nacional a surdez pode ser considerada como a perda total ou parcial de sua capacidade de ouvir, dito isso, o surdo apresenta além de uma condição física desafiadora para seu desenvolvimento, também uma necessidade incessante de ser compreendido na sociedade ouvinte.

Desta forma, a inclusão do sujeito surdo em sociedade apresenta resistências mesmo havendo leis e decretos que garantem seu direito de equidade. Essas resistências estão ligadas às dificuldades apresentadas pelos profissionais no preparo para atendimento a pessoas com deficiência e reconhecimento dessas deficiências, assim como o repasse de informações referentes aos atendimentos e serviços.

Quando se trata de saúde mental dessa comunidade, a Psicologia aborda uma questão importante que é promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para que não haja negligência, discriminação e opressão.

Assim, através dos estudos realizados pôde-se observar que na prática psicológica para pacientes surdos, o conhecimento da LIBRAS é fundamental e que o psicólogo ao não buscar esse aperfeiçoamento negligencia seu papel e nega ao outro o cuidado e ajuda necessária para que o sofrimento seja amenizado.

Nesta perspectiva, a psicoterapia para surdos com o uso direto da linguagem de sinais pelo psicólogo, traz uma conotação mais inclusiva, pois despertará na pessoa

surda um sentimento de pertencimento à sociedade como um todo, fator importante para seu desenvolvimento pessoal e social, assim como para sua saúde mental. Todavia, essa inclusão encontra-se distante da realidade vivenciada pela pessoa surda, visto que o surdo não é assistido pela comunidade ouvinte e até mesmo por profissionais, que não buscam a capacitação para suprir essa necessidade.

Neste contexto, o papel do psicólogo é o de garantir o direito do atendimento e sigilo profissional para os surdos, capacitando-se em LIBRAS para que seja possível a dispensa do intérprete durante a psicoterapia. Esta fluência na língua de sinais pode contribuir para uma melhor construção do vínculo entre paciente e psicólogo, assim como para uma escuta efetiva no processo terapêutico. Dito isto, reforça-se a ideia da importância da capacitação do profissional de psicologia em LIBRAS e de políticas públicas que sejam, de fato, inclusivas também na prática.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, é possível ressaltar que a falha de comunicação é um dos fatores que afetam a comunidade surda, visto que a surdez é entendida não como uma deficiência, mas como uma diferença, onde a comunicação quando é estabelecida pelos indivíduos se torna o ponto chave para a socialização e inclusão propriamente dita.

Por isso, entende-se a importância da inclusão da Língua Brasileira de Sinais ainda na educação básica, para que as pessoas surdas não sejam excluídas porque os ouvintes não conseguem se comunicar com elas. Nesta perspectiva surge um questionamento quanto a obrigatoriedade do estudo de uma língua estrangeira no ensino básico, desde o quinto ano, porém, mesmo a LIBRAS sendo uma segunda língua brasileira, não há lei que obriga a inserção para alunos ouvintes, proporcionando o contato com a cultura surda e a inclusão dessa comunidade na sociedade majoritariamente ouvinte, desde os primeiros passos na vida escolar.

Nos cursos de graduação, apesar de existir a Lei 10.436/2002, que prevê a disciplina de LIBRAS como obrigatória apenas nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia, para a graduação em Psicologia esta disciplina pode ser optativa e isto se torna um obstáculo ainda maior para a atuação do psicólogo com a população surda.

Para tanto, é preciso criar políticas públicas que possibilitem a disseminação desse conhecimento, já que Ministério da Educação afirma que no Brasil há mais de 9 milhões de pessoas surdas, que vivem situações de subjugamento pela dificuldade de serem compreendidas no seu cotidiano.

Portanto, os objetivos propostos puderam ser alcançados no que diz respeito à prática profissional psicológica, mas ainda há muita luta a ser travada pela comunidade surda para que a inclusão seja de fato alcançada, e que esta barreira de acessibilidade seja de maneira a ser aniquilada. Dando, portanto, oportunidades iguais para todos na procura de saúde mental.

REFERÊNCIAS

- 1 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.
- 2 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Brasília, DF: Presidência da República, 2015 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 set. 2023.
- 3 - FERNANDES, S., & Moreira, L. C. (2014). Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar Em Revista**, (spe-2), 51-69. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37014>
- 4 - FERREIRA JUNIOR, Jesaías Leite; BEZERRA, Henrique Jorge Simões e ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicol. clin.** [online]. 2021, vol.33, n.3, pp. 537-556. ISSN 0103-5665. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08>
- 5 - FOCHESSATTO, Waleska Pessato Farenzena. A cura pela fala. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 36, p. 165-171, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 28 out. 2023.
- 6 - LACERDA, C. B. F. de. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, 19(46), 68-80. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- 7 - LEITE, Luci Banks. Representação e comunicação: o estudo de funções linguísticas em psicologia. **Temas psicológicos**. Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 41-54, ago. 1995 Disponível em: <[Http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 11 ago. 2023.

- 8 - LOMBARDI, Maria Aparecida. **A importância da comunicação**. São Paulo, 2006.
- 9 - PENAFORT, Alessandra. **Atendimento Psicológico Para Surdos**. 2005. Kindle.
- 10 - PEREIRA, V.A., Araújo, K.V., Silva, J.L.A. (2020) Psicoterapia Para Pessoas Com Surdez: Um Processo de Inclusão. **Revista Científica Novas Configurações –Diálogos Plurais**. Periódico científico eletrônico multidisciplinar vol. 1, n3, p. 20-30, 2020.
- 11 - RITERBUSCHE, Camila & Maffini, Gabriela & Gonçalves, Camila. (2021). Equidade e saúde mental: desafios do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e48410414208, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14208>.
- 12 - SILVA, A.M.S., Desafios Na Atenção Psicológica A Surdos Utilizadores Da LSB Em Salvador – BA. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, [S. I.]**, v. 5, n. 2, 2016. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v5i2.1070. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1070>.. Acesso em: 26 set. 2023.